



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO N° , DE 2015
(Da Sra. Rosangela Gomes)

Solicita realização de Audiência Pública para debater as medidas para resolução dos conflitos entre indígenas e proprietários de terras decorrentes dos processos de demarcação e homologação de terras indígenas no Mato Grosso do Sul.

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 58, §2º, inciso II da Constituição Federal c/c o Art. 255 do Regimento Interno, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta comissão, sejam convidados a comparecer a esta Comissão Excelentíssimo Ministro da Justiça, o Senhor José Eduardo Cardoso, e Excelentíssimo Ministro da Secretaria de Direitos Humanos, o Senhor Gilberto José Spier Vargas para debater as medidas para resolução dos conflitos entre indígenas do grupo *Guarani-Kaiowá* e proprietários de terra decorrentes dos processos de demarcação e homologação de terras indígenas no Mato Grosso do Sul.

JUSTIFICAÇÃO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em março de 2005, o Presidente Lula homologou a área indígena *Nhanderu Mangaratu*, correspondente a 9.241 hectares, no município de Antônio João, no Estado do Mato Grosso do Sul. Entretanto, em setembro do mesmo ano, o decreto de homologação teve efeitos suspensos pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), a pedido dos fazendeiros da região que alegavam a posse sobre a terra. A decisão liminar do Ministro Nelson Jobim determinou que os efeitos do ato presidencial permanecessem suspensos até a decisão judicial ser julgada. Na ocasião, os indígenas foram retirados à força das áreas ocupadas e passaram a ocupar um acampamento na beira da estrada ao lado da terra. Na época, um dos líderes do povo guarani, Dorvalino Rocha, foi morto a tiros.

Em agosto de 2005, após dez anos sem uma decisão definitiva, os *Guarani-Kaiowá* resolveram retomar as terras das fazendas Primavera, Cedro, Bananal e Barra, que estão localizadas dentro da terra *Nhanderu Mangaratu*. Os fazendeiros reagiram à ocupação das fazendas, o que resultou em confrontos entre os dois grupos. Durante os conflitos, outro líder indígena foi morto, Semião Fernandes Vilhalva, de 24 anos, quando bebia água perto de um córrego dentro de uma das fazendas.

Diante dos fatos, diversas ações já foram tomadas no sentido de diminuir o clima de tensão na região. O Exército e a Força Nacional foram mobilizados a pedido do governo do estado, que solicitou Garantia de Lei e Ordem à Presidência da República. O Ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, bem como o Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, estiveram em Mato Grosso do Sul para tentar solucionar o conflito.

É necessária a tomada de providências urgentes no sentido de trazer estabilidade e segurança para o povo na região. É preciso também a definição sobre a questão da demarcação das terras *Nhanderu Mangaratu* para que os índios possam viver tranquilamente nas terras uma vez ocupada por eles, e, ao mesmo tempo, garantir aos fazendeiros seus respectivos direitos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Pelo exposto, solicitamos aos nobres pares a aprovação deste Requerimento com a finalidade de debater, perante a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, as medidas tomadas para resolução dos conflitos.

Sala da Comissão, em 8 de setembro de 2015.

Deputada ROSANGELA GOMES
PRB/RJ